

CENTENÁRIO DE PLÍNIO BARRETO

Mário Pires

(Conferência proferida na Academia
Campinense de Letras em 13 de setembro de
1982.)

Ocorreu no dia 20 de junho de 1982, o centenário de nascimento de Plínio Barreto, campinense dos mais conspícuos e patrono da Cadeira nº 31, que, com muita honra, ocupa nesta casa. Destacou-se em múltiplos terrenos, não só na imprensa militante, mas igualmente como brilhante advogado e jurista, político e escritor erudito e elegante. Em “O Estado de São Paulo” desempenhou todas as funções, desde a de revisor até a de diretor, numa atividade de 34 anos, publicando crítica literária, crônicas, artigos, editoriais e colaborando também em outros órgãos de São Paulo e Rio de Janeiro. Advogado e jurista, foi presidente da Ordem dos Advogados em São Paulo e devotou-se a causas públicas e sociais. Eleito deputado federal pela UDN, integrou a Comissão de Constituição e Justiça, colaborando na redação da Carta de 1946 e no aprimoramento da justiça trabalhista.

A extensa biografia de nosso homenageado, enfocando quase todos os traços, de autoria do acadêmico Leonardo Arroyo, me foi cedida, em fotocópia, pelo jornalista José Maria Homem de Montes, que também — a meu pedido — presenteou-me com a foto do ex-diretor d’“O Estado”, que entreguei a esta Academia, para a Galeria dos Patronos. Por sinal, que já é hora desses retratos terem o seu destino certo: as paredes desta augusta Casa de Letras.

Eu disse, a respeito da biografia escrita por aquele acadêmico, ter ele focado “quase todos os traços do biografado”, porque poderia ter feito maior digressão sobre uma das mais expressivas qualidades de Plínio Barreto, o de sensível cultor do “humour” anatoleano.

Nascido em Campinas, em 20 de junho de 1882, era filho de José Moraes Barreto e dona Vicência Augusta Barreto, sendo descendente direto do fundador da cidade, Barreto Leme e parente do bispo D. Barreto e de nosso ilustre confrade e amigo, acadêmico Theodoro de Souza Campos Júnior, que nos prestou estas últimas informações.

Aqui, Plínio Barreto fez somente o curso primário, com ligeira passagem pelo Seminário Episcopal, indo em seguida para Minas, onde estudou no Colégio São Paulo (o biógrafo não cita a cidade). Formou-se advogado pela Faculdade paulistana, em 1902, mas já aos 14 anos de

idade, empregou-se n'“O Estado” como revisor. Rapidamente, passou para a redação, partilhando o serviço de reportagem com os irmãos João e Antero Bloem.

Dele diz o escritor Péricles da Silva Pinheiro¹:

“Na juventude foi poeta, produzindo versos que jamais publicaria e que em grande recato jamais permitiria fossem divulgados, por espelharem, em sua fatura, um instante de alegria íntima e de verdadeira emoção poética em sua vida sentimental.

Vindo de origem modesta, sem bens de fortuna, compenetra-se desde cedo que se o tempo é de boêmia, em particular nos meios literários e jornalísticos, o pão de cada dia é maná que cai por milagre do céu. Há necessidade de ganhá-lo com o suor, talvez com menos poesia e mais trabalho.

A euforia lírica não constitui em sua vida mais do que um simples momento de exaltação. Teve, por isso, não obstante a beleza do gesto — prossegue o escritor citado — a duração momentânea da rosa de Malherbe.”

O recato, a modéstia, a discrição, o horror à publicidade o acompanhariam toda a vida. Acompanhem as palavras de Leonardo Arroyo, em sua biografia de Plínio²:

“O jornalismo militante, por sua face mais viva, coloca-o em contato pessoal e direto com juizes e atividades forenses, resultando desse íntimo convívio um trabalho de triagem dos principais julgamentos havidos no Tribunal de Justiça, que são reproduzidos em edições quase sucessivas de “O Estado de São Paulo”, na seção que aí mantém sob o título de “Crônicas Forenses”. Mais tarde, a instâncias de colegas, as enfeixa em livros, assinalando com injusta humildade, que pela forma, que é sua, nada valem, mas pelo fundo, que é de juizes ilustres, valem muito.

A leitura de seus trabalhos forenses é uma lição permanente de cultura jurídica. Noé Azevedo, mestre de direito e grande advogado, em sua larga intimidade com o companheiro e colega, coloca em poucas palavras, em termos quase verdadeiros, a questão da linguagem técnica de Plínio Barreto: não usa adjetivos e expõe com a máxima clareza e simplicidade seus casos perante os juizes, com a preocupação única de ser fiel.

Plínio Barreto não comercializa a advocacia, por ver nela um sacerdócio, de que não se aproveita, mas a que se devota. Não tira, em sua banca, mais que o necessário a uma vida honesta e digna. Rubens do Amaral, procurado por um grupo de professores secundários desejosos de

(1) Suplemento do Centenário d'“O Estado de São Paulo” — 26-7-1975 — Nº — 3 Péricles da Silva Pinheiro.

(2) Leonardo Arroyo — Biografia de Plínio Barreto — por gentileza do jornalista José Homem de Montes.

mover uma ação contra o Estado, indica-lhes Plínio Barreto. O advogado aceita o patrocínio, ganha-a, mas não quer um centavo como retribuição de seus serviços.

— Não posso receber nada — afirma quando o procuram para pagá-lo — pois vocês são professores, não sendo impossível que se recorde nesse momento das palavras generosas de nosso velho monarca, de que gostaria, se não fosse coroado, de ser mestre, pela simples ufanía de poder moldar na criança as gerações do futuro.”

Por mais de 30 anos, gratuitamente, dedica sem interrupção grande parte de seu tempo de trabalho no estudo e solução dos problemas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, defendendo seu patrimônio imenso, constituído, no correr de quase 4 séculos, pela generosidade dos paulistas, bem como com a mesma disposição de bem servir, empresta por 40 anos inestimáveis esforços ao Liceu de Artes e Ofícios.

Plínio Barreto, como se poderia supor pela pequena mostra de sua copiosa correspondência passiva, não fez, no sentido de convivência, vida literária, que constituía uma quase necessidade nesse tempo. Em parte por sua timidez, em parte pelo hábito de recolher-se cedo. Prefere o convívio de livros e autores, no silêncio de sua biblioteca. Não participa de congressos, de movimentos de escritores. Um dia afirmou: “Quanto maior é a admiração que uma obra literária me causa, maior é o empenho que tenho em não me aproximar do artista que a traçou.”

Adquire o hábito, de que nunca se afasta, a não ser em caso extremo de necessidade pública, de recolher-se com o crepúsculo, para levantar-se de madrugada, para o estudo, à semelhança de Rui. Às 4 horas da madrugada, na velha e alta casa em que mora, desce para as salas recheadas de livros de sua funcional biblioteca, onde permanece até às seis, lendo, tomando notas e refletindo sobre as tarefas do dia. Dirige-se depois para o clube, para a ginástica e os esportes, onde tudo se permite conversar e discutir, menos política e profissão.

Jornalista por vocação e formação, Plínio tem na imprensa “um instrumento independente e essencialmente livre, no gozo perfeito de suas mais legítimas prerrogativas de crítica e de ação em face dos poderes constituídos e dos interesses da comunidade a que serve.”

Quando no Rio, como deputado federal, envia para “O Estado” sua colaboração domingueira, com os brilhantes artigos de “Bilhetes Avulsos”. Nessa época é eleito, por aclamação, membro da Academia Paulista de Letras, para ocupar a Cadeira nº 21, na vaga aberta com a morte de Freitas Vale. Não chega a tomar posse, pois a morte o surpreende pouco depois. Ele não estava mesmo fadado à imortalidade acadêmica, pois, 29 anos antes, rejeitava convite para ingresso na entidade.

Um dos grandes apreciadores da vida e da obra de Plínio Barreto, é o ilustre intelectual de Piracicaba, Flávio de Toledo Piza, assíduo colaborador do veterano e brilhante “Jornal de Piracicaba” e cuja amizade muito me honra há anos. Escrevendo-lhe há pouco tempo, solicitando-lhe mais dados sobre meu Patrono, respondeu-me, em carta de 9 de maio p.p.:

“Acompanhei, durante muitos anos, as suas crônicas da “Vida Forense”, no “Estadão”. Uma de suas crônicas serviu para a tese defendida por Sud Mennucci, em seu livro “Humour”. (O amigo refere-se à interessante crônica “Suicídio por Felicidade”).

“Muito conhecido se tornou um fato desagradável. Ao ser ele nomeado Interventor em São Paulo, não faltou quem se apressasse em trazer à memória dos paulistas o seu artigo de 1918, “Heróis ? Não !”, sobre os personagens do Forte de Copacabana, em que os heróis são dados como “dois cataclismos de farda”.

Sempre admirei muito o que Plínio Barreto escrevia, pois, muitas vezes, mesmo sob o ângulo jurídico apareciam páginas do mais legítimo “humour”, ao lado de estudos interessantes como “O Processo de Jesus”. Seja qual for a faceta mais atraente para v., uma coisa é certa: existe um filão muito rico que pode ser esmiuçado, no campo do seu estilo e do “humour” legítimo, de que, só no Brasil, temos dois casos muito expressivos: Machado e Léo Vaz.”

Diz Raimundo de Meneses, em seu Dicionário Literário³, que “Plínio Barreto, na primeira fase da vida de jornalista, privou com Euclides da Cunha, que o considerava o melhor revisor de seus trabalhos. Foi um dos fundadores do “Diário da Noite”, de São Paulo e colaborou na “Revista do Brasil” e na “Revista dos Tribunais”, de que foi um dos idealizadores. Fundou, também, a edição vespertina d’“O Estado”. Foi Secretário da Justiça no governo organizado em 1930.”

Há um episódio político, na vida de Plínio Barreto, que não pode ser esquecido, pela demonstração do caráter firme de nosso homenageado.

É a melancólica novela de sua escolha, em 1931, por Getúlio Vargas, para Interventor em São Paulo. Primeiro, foi a imediata e violenta reação do irmão de um dos “18 do Forte”, contra a escolha, lembrando o já citado artigo de Plínio, “Heróis ? Não !” O indignado opositor chegou a ameaçar de morte o grande jornalista, caso tomasse posse do cargo. Depois, a enérgica reação de Miguel Costa, então Secretário da Segurança, do Estado, ameaçando, também, combater Plínio, se se efetivasse sua nomeação. Por último, as patranhas de Getúlio e, principalmente, de

(3) Dicionário Literário Brasileiro — Raimundo de Meneses — 2ª edição — 1978.

Oswaldo Aranha que, jurando amizade e fidelidade ao escritor, conjurava contra o fiel amigo. Plínio, posto a par, finalmente, das traições, escreve ao ministro, rejeitando irrevogavelmente o posto, afirmando, entre outras coisas:

“O apoio material do governo da República para manter-me, iria abrir em São Paulo uma guerra civil. Se ela for inevitável, outros que lhe assumam a responsabilidade; eu, nunca ! Não concorreria, em hipótese alguma, para a conflagração do meu Estado. Sou capaz de todas as renúncias para poupar uma gota de sangue dos meus irmãos.”

Era assim o nosso Plínio Barreto, digno dos ancestrais bandeirantes, mas pleno de brasilidade, como podemos constatar por este artigo, de sua seção em “O Estado” (“Bilhetes Avulsos”) sob o título “Prédica de alto civismo”: “De alto civismo foi o discurso que, na qualidade de patrono da turma de engenheiros da Universidade Católica do Rio de Janeiro, pronunciou o Sr. Otavio Marcondes Ferraz, ministro da Viação do presidente Café Filho, na solenidade de encerramento do curso. Otavio Marcondes é um desses brasileiros que nunca deixam de pensar na Pátria; o Brasil está sempre na primeira plana das suas cogitações.” E, traçando um quadro tão comum nos dias de hoje, prossegue Plínio: “O seu amor à terra natal ainda mais se exacerbou diante do quadro de imoralidades que nos envergonha. Tudo anda errado. A justiça é incerta, enquanto o crime continua certo. Desmandos de toda a ordem, notadamente no capítulo dos dinheiros públicos, se apontam, dia a dia, aqui e ali. Depois de pronunciado seu discurso, tivemos em São Paulo a divulgação do relatório de vereadores sobre os escândalos pecuniários de que foi teatro a Câmara Municipal de São Paulo, com a responsabilidade do presidente da casa.”

Em 1971, visitando o ilustre amigo escritor Flávio de Toledo Piza, entregou-me este vários recortes d’ “O Estado”, com artigos de Plínio Barreto, inclusive o livro de Sud Mennucci, “Humour”, em que o grande educador alinha o jornalista entre os melhores cultores do humor no Brasil, reproduzindo o artigo “Suicídio por Felicidade”. Este artigo foi transcrito por Flávio Piza, na edição do “Jornal de Piracicaba”, de 25 de abril de 1971, sob o título “Um grande escritor pouco lembrado” e a página reproduz ainda mais dois trabalhos de Plínio, sob os títulos (atuais) de “Qual o sexo forte ? e “Em torno da nudez”.

Plínio Barreto foi um dos muitos intelectuais injustiçados em nosso país e sua obra, de reconhecido valor, jaze esquecida. A propósito, lembro as amargas, mas justas palavras do acadêmico Barbosa Lima Sobrinho, há muitos anos presidente da Associação Brasileira de Imprensa, em recente depoimento ao escritor Luiz Carlos Lisboa: “No Brasil é assim: morre-se num dia e no outro já se está esquecido e abandonado pela maioria dos antigos admiradores.”

Meu patrono nesta Casa escrevia sempre com conhecimento de causa, com graça, leveza e ironia. A página satírica sobre a bem-aventurança dos reclusos da Penitenciária do Estado, é um primor literário e teve endereço certo. Por feliz coincidência, recebi do ilustre professor emérito e membro da Academia Paulista de Letras, doutor Antônio Carlos Pacheco e Silva, um histórico e expressivo depoimento de Monteiro Lobato, em que este repisa o mesmo assunto de Plínio Barreto ! Querem ver ? Eis o trecho:

“De uma carta de Monteiro Lobato, quando preso em São Paulo, em 1941. Espírito profundamente bondoso, queria ele evitar que os seus amigos sofressem demasiadamente com o seu caso:

“Caro Fontoura:

O Tribunal de Segurança, achando que eu estava um tanto magro, houve por bem mandar-me internar num dos melhores hotéis de São Paulo – o Detenção Hotel, na Avenida Tiradentes. Fiquei na “sala livre”, com mais três companheiros, um, muito ilustrado e inteligente, que matou a mulher; um que também matou a mulher e o amante, e um que falsificou qualquer coisa. Estamos grandes amigos, apesar de me sentir humilhado na presença deles, pois não matei mulher nenhuma, nem falsifiquei a verdade na carta ao Presidente. Temos um lindo jardim a nossa disposição, e presos em quantidade com quem conversar. Se todas as prisões fossem como esta, todo mundo metia empenhos para consegui-las. Trouxe minha máquina, bastante papel, livros, e tenho visitas quatro dias na semana. E como todas me trazem coisas de comer, o nosso guarda-comida me lembra as prateleiras da Leitaria. Comemos a beça. Engordamos. Isso me estraga o programa de bancar o Mártir Número Um do Petróleo – pois não há mártir gordo. Meu medo é um só: que o Tribunal de Segurança me absolva e assim me prive duma deliciosa estada aqui de seis meses a dois anos. Tudo portanto vai ótimo, no melhor dos mundos possíveis, e quem aí fora me lamentar merece um piparote no nariz.

E até logo ou até um dia. Saudades aos bons companheiros lácteos, do Monteiro Lobato.”

Agora vejam a crônica de Plínio Barreto, intitulada “Suicídio Por Felicidade” e comparem ou confirmem:

“O homem é um gorila incompreensível. Dizem todos que a Penitenciária de São Paulo é modelo de ordem, de beleza e de bem-estar; homens de governo já confessaram, em discursos ultra-solenes, que entre as mais caras aspirações da vida sentiam a de um dia, irem dormir, lado a lado, corpo contra corpo, com os bem-aventurados cidadãos que a justiça ali traz aferrolhados.

Um dos funcionários graduados da casa, presa do mesmo apetite, não hesitou em trocar o emprego por um lugar entre os pensionistas. Unânicos têm sido, até agora, as opiniões no sagrar aquele estabelecimento em sucursal do Paraíso, embora nem todos os seus entusiastas hajam deixado transparecer a cobiça de partilhar das delícias que encerra...

Para toda a gente simples e sem málficia, gente assim como nós, ficou assentado, portanto, que não havia em São Paulo lugar mais aprazível, depois do Congresso, que a Penitenciária e que o cúmulo da felicidade para um

cidadão dos nossos tempos era fazer-se ou congressista ou condenado – detento da Comissão Diretora, ou detento da Penitenciária.

Essa ilusão, que era doce e reconfortadora, sofreu esta semana, um golpe rude: noticiaram os jornais que um dos hóspedes daquela casa de pensão da Ventura pôs termo à vida, arrojando-se de um terceiro andar ao solo empedrado. Acrescentam as folhas ímpias, de certo para redobrar o espanto geral e gozar da confusão pública, que não é esse o primeiro caso de suicídio; dois ou três outros já ali se observaram, no curto espaço de tempo que medeia da inauguração do estabelecimento até a presente data.

Percam outros a fé que haviam posto na reputação da casa e descreiam da apregoada felicidade que ali se desfrutava; nós, não ! Inabaláveis continuamos na crença antiga; firmes permanecemos no credo em que a oratória dos estadistas e a retórica dos jornais alimentaram nosso espírito. Confessamos, até, que a nossa confiança nas virtudes da Penitenciária adquiriu, com esses episódios, forças novas e novos estímulos. Não há nada mais fatigante e exasperador do que um bem-estar inalterável. Não há fonte do tédio mais intolerável do que uma felicidade perfeita. O homem, irmão gêmeo do anjo rebelde, não se contenta com a luz perpétua do Paraíso, nem com a imperturbável tranqüilidade da paz celestial. Necessita da treva e da agitação do inferno para alterná-las com aquelas e assim tornar suportáveis os gozos divinos que lhe são propinados.

No seu paladar extravagante a nada sabe a ambrosia dos deuses sem um pouco da saliva de Cérbero... Ventura completa é vatapá sem pimenta, coisa a que ninguém ainda conseguiu habituar-se. Os casos de suicídio na Penitenciária, as evasões pela morte, impossíveis como são as pelo muro, demonstram apenas, a nosso ver, que de fato incomparável é a felicidade que ali se experimenta. Enfardados de contentamento, saciados de aspirações, empanturrados de gozo, os prisioneiros da casa, na ânsia de um pouco de sofrimento e na sede de uma gota de mágoa, sem a qual a vida é um bocejo sem expressão e sem interesse, espatifam-se nas pedras do pavimento térreo para não arrebrantar de bem-aventurança... Corresse a vida ali entre sobressaltos e inquietações, ora plácida e monótona, ora tumultuada e áspera, e ninguém se lembraria de escapar, pelo suicídio, daquela ceva de júbilos.

Não sorriam. Falamos com absoluta seriedade e com plena convicção. Também não se admirem. Não há nada mais complicado e misterioso do que o espírito de um ser humano. É uma eterna caixa de segredos. Aí está, por exemplo, sem sair deste mesmo capítulo do suicídio, aquela história verídica que, com tanta delicadeza de emoção e tanta finura de arte, conta Afrânio Peixoto, nas "Parábolas", a respeito de uma rapariga que, por muito ser amada, veio a matar-se. Dois rapazes disputavam-lhe o coração e, como eram exaltados e belicosos, ela, receando ver, repentinamente, um tombar aos golpes do outro, comprou o repouso, suicidando-se. Nada lhe pareceu mais decisivo, nem mais belo do que pôr o próprio túmulo entre ambos para que, sobre a lousa fria, feita ponte de concórdia, se reconciassem e abraçassem na amarga comunhão da mesma dor infinita. Para o excesso de ser amada por dois homens, só o excesso de a ambos sacrificar, desfolhando-o brutalmente, o viçoso botão da vida ainda mal entreaberto...

É o que, provavelmente, mudadas as circunstâncias, se dá no caso dos suicídios na Penitenciária. Para o excesso de ventura que ali se goza, só o excesso de um salto no espaço de alturas vertiginosas, nos braços da Morte. Depois da que morreu de ser amada, os que morrem de ser felizes. Depois do

suicídio para que os outros não briguem, o suicídio para que cesse uma ventura demasiado perfeita.

Gorila estranho ! O diabo que te compreenda !..”

Esse raconto do nosso satírico Plínio Barreto, convenceria-nos traduzir uma antítese da verdadeira felicidade e eu lembro os maravilhosos pensamentos de Lin-Yutang, quando deixou escrito:

“Muito contente me sinto de viver humildemente sobre o solo, de integrar-me na terra. Minh’alma arrasta-se às maravilhas pelo campo e pela areia, e sente-se feliz. Às vezes, quando nos embriagamos desta boa terra, o espírito se sente tão leve que julga estar no céu. Mas na verdade raramente se alça a uns dois metros do solo !”

Apreciando o grande jornalista, jurista e escritor, Flávio de Toledo, entre outras coisas, escreve: “Plínio Barreto foi entre nós um dos mais fascinantes exemplos de intelectual dotado do fugidio e indefinível “humour”, que os ingleses revelaram em Swift, os franceses em Anatole e nós em Machado e Léo Vaz”.

Em São Paulo, a 28 de junho de 1958, faleceu um dos mais dignos cidadãos campinenses, paulista extremado, mas brasileiro acima de tudo. Modesto, como todo homem culto, e profundamente íntegro, dele se pode dizer — apesar do lugar-comum — ter sido verdadeiramente e com toda a justiça, legítimo “Varão de Plutarco”. Sua terra natal não deixou de homenageá-lo, pois o nome **Plínio Barreto** figura numa via pública do Taquaral.

*